

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem importância tão relevante para o ganho jurídico, uma vez que analisará a possibilidade da usucapião dos bens formalmente públicos não afetados e pacificará o entendimento de que através de uma interpretação sistemática e teleológica da Constituição da República, será possível perceber que jamais o Poder Público poderá se esquivar do cumprimento do princípio da função social da propriedade, ao passo que os princípios constitucionais deverão prevalecer sobre as demais normas infraconstitucionais.

Em relação a vertente social, merece total respaldo analisar o tema, uma vez que a garantia ao direito à propriedade está aliado ao princípio da função social da propriedade expressos na Constituição de 1988, concorrendo, assim, para a ordem econômica e o bem comum, assegurando à sociedade existência digna.

O ganho pessoal em que a pesquisa proporciona é de grande importância para o crescimento intelectual, social e até mesmo participativo, uma vez que com o aprofundamento da pesquisa, será cada vez mais gratificante ver que este conhecimento poderá ser objeto de outros estudos, ou até mesmo campo especializado de trabalho no âmbito jurídico.

Nossa pesquisa tem por objeto a usucapião de bens públicos. Termo sobremaneira instigante, de modo que analisá-lo será o objetivo deste trabalho.

As questões ligadas à usucapião de bens públicos comportam uma série de indagações e abordagens, principalmente, em se tratando de terras devolutas que não se encontram afetadas a uma destinação pública específica, o que nos levou a delimitar nosso objeto de estudo a possibilidade da usucapião dessa espécie de bem.

Desta forma, a interrogante científica desta monografia é nestes termos: poderia o Poder Público se sujeitar aos ditames do princípio da função social da propriedade, da mesma forma que o particular, havendo, assim, a possibilidade de usucapião dos bens formalmente públicos, no tocante às terras devolutas?

Assim, nosso objetivo geral está em analisar a possibilidade da usucapião dos bens formalmente públicos, no tocante às terras devolutas que não estão afetadas a uma destinação pública específica, com base nos direitos fundamentais garantidos na Carta Magna, principalmente o direito a propriedade e o princípio da função social da propriedade.

Para alcançar tal desiderato, elegemos como objetivos específicos as seguintes pesquisas acerca da questão: pesquisa de legislação, pesquisa bibliográfica, pesquisa doutrinária e pesquisa jurisprudencial.

Atingidos esses marcos, chegamos à conclusão que expusemos como hipótese do problema apresentado, em que o Estado não pode se esquivar do cumprimento do princípio da função social da propriedade sob o argumento de que enquanto o bem particular ‘tem’ o dever de atender à função social, ao bem público já ‘é’ inerente a concepção de função social para os bens públicos, simplesmente por ter natureza pública. Assim, os bens formalmente públicos, notadamente as terras devolutas, em que são desafetados de qualquer destinação pública específica, subsiste a possibilidade do Poder Público perder seus bens pela posse prolongada, sujeitando-se aos efeitos da usucapião, caso não lhes dê a devida destinação público-social.

A fim de estruturar o conteúdo acima exposto, utilizamos da pesquisa teórico-dogmática, tendo em vista o manuseio de doutrinas, jurisprudências, bem como a legislação pertinente ao tema. Também utilizamos da pesquisa empírico-sociológica, tendo em vista que o direito à propriedade a que esteja cumprindo com sua função social, expresso na Constituição de 1988, é um direito fundamental que busca garantir a igualdade e a existência digna de todos os cidadãos, uma vez que a propriedade tem caráter social em sua destinação.

Para então utilizarmos da pesquisa transdisciplinar, tendo em vista que são essenciais investigações no âmbito do Direito Constitucional em especial ao “princípio da função social”, Direito Administrativo aos “bens públicos” e Direito Civil “da propriedade e da usucapião”.

Quanto à organização da presente monografia, esta foi dividida em três capítulos diversos, quais sejam: “Bens Públicos”; “Direito de Propriedade e Usucapião”; e, por último, “Função Social da Propriedade”.

Ainda, inserimos um tópico preliminar, “Considerações Conceituais”, onde, obviamente, discorreremos sobre os principais conceitos utilizados neste estudo.

O primeiro capítulo, intitulado “Bens Públicos”, abordará as diversas definições acerca dos bens públicos, a forma como são classificados e o tipo de regime que os determinam, analisando apenas acerca da imprescritibilidade desses bens, por ser o nosso norte. Por ser inerente ao tema, explanaremos sobre a afetação administrativa. Ainda neste capítulo, citaremos as espécies de bens públicos, dando ênfase apenas as terras devolutas.

No segundo capítulo, sob o título “Direito de Propriedade e Usucapião”, esboçará o direito a propriedade garantido como direito fundamental pela Constituição de 1988. Em seguida, apontará o conceito de usucapião, dissertando sobre os requisitos desse instituto, para depois apresentarmos suas modalidades.

Por fim, o capítulo final, tendo por título “Função Social da Propriedade”, abordará a função social da propriedade em si. Para, ao final, encerrarmos o assunto, analisando a possibilidade da usucapião dos bens formalmente públicos, no tocante às terras devolutas, à luz dos princípios constitucionais.